



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco

PARECER UNICO SUPRAM-ASF
Indexado ao(s) Processo(s)

PROTOCOLO Nº. 0440006/2012

Licenciamento Ambiental Nº. 02193/2004/002/2011	REVLO	INDEFERIMENTO
Outorga Portaria Nº.:		
APEF Nº.:		

Empreendimento: Cerâmica Flor de Minas Ltda.	
CNPJ: 07.657.701/0001-47	Município: Igaratinga

Unidade de Conservação: Não		
Bacia Hidrográfica: Rio São Francisco. Sub-Bacia: Rio Pará		
B-01-03-1	Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido exclusive cerâmica.	1
F-05-15-0	Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listados ou não classificados.	3

Medidas mitigadoras: X SIM NAO	Medidas compensatórias: SIM X NÃO
Condicionantes: X SIM NAO	Automonitoramento: X SIM NAO

Responsável Técnico pelo empreendimento:	Registro de classe
Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados Paulo Tarso Campos Ferreira	Registro de classe CREA/MG 19549/D

Processos no Sistema Integrado de Informações Ambientais - SIAM	SITUAÇÃO
Processo nº.: 02193/2004/001/2005	Licença Concedida

Relatório de Vistoria Nº. ASF 225/2011	DATA:12/08/2011
--	-----------------

Data: 12/06/2012

Equipe Interdisciplinar:	Registro de classe	Assinatura
Jorge Luiz de Oliveira	CREA/MG: 86.371/D	
Diogo da Silva Magalhães	CREA/MG: 105.588/D	
Sônia Maria Tavares Melo	MASP: 489.607-5 OAB/MG: 82.047	

SUPRAM - ASF	Rua Bananal, 549 – Vila Belo Horizonte – Divinópolis/MG. CEP 35.500-036 – Tel.: (37) 3229-2800	DATA: 12/06/2012
---------------------	---	------------------



1. INTRODUÇÃO

O presente licenciamento refere-se à solicitação de Revalidação da Licença de Operação do empreendimento **Cerâmica Flor de Minas Ltda.**, referente às atividades de fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica, código B-01-03-01, classificado como de porte pequeno e potencial poluidor pequeno: classe 1, de acordo com a DN COPAM Nº 74/2004, cujo parâmetro é ton/ano de matéria prima processada e, ainda, F-05-15-0 outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não classificados, porte pequeno e potencial poluidor grande: classe 3, de acordo com a DN COPAM Nº 74/2004, cujo parâmetro é área útil e número de empregados, que no empreendimento em questão correspondem a 0,31 ha e 12 empregados, respectivamente. O objetivo deste processo é a Revalidação da Licença de Operação do empreendimento, Certificado LOC 706/2005, PA nº 01301/2003/002/2005.

Em 20/10/2005 a empresa obteve a Licença de Operação Corretiva pelo COPAM, Certificado de Licença 704/2005, com condicionantes a serem cumpridas, com validade até 20/10/2011.

Em 14/07/2011 a empresa formalizou o processo solicitando a revalidação da licença supracitada.

A equipe técnica da SUPRAM-ASF vistoriou o empreendimento em 12/08/2011, conforme Relatório de Vistoria ASF Nº. 225/2011. Todas as informações necessárias e/ou pertinentes foram apresentadas em vistoria, no RADA e através de informações complementares.

O estudo ambiental apresentado, Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA), foi elaborado pelo Responsável Técnico Paulo Tarso Campos Ferreira - CREA/MG 19549/D, tendo sido devidamente apresentada a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.

2. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento está localizado na Rua Progresso, 62, bairro Progresso, no município de Igaratinga-MG.

A empresa **Cerâmica Flor de Minas Ltda.** possui medidas de controle ambiental como: sistema de tratamento de efluente sanitário, armazenamento e destinação adequados de resíduos sólidos, baia coberta com piso impermeabilizado para armazenamento de pó de balão.

O empreendimento é representado por edificações destinadas ao escritório, galpões de produção e armazenamento de produtos, cobertura para secagem natural de tijolos, edificações dos 04 (quatro) fornos de queima e cozimento e áreas de circulação e pátios.

2.1.1. Processo Produtivo

2.1.1.1 Insumos e Matérias Primas

SUPRAM - ASF	Rua Bananal, 549 – Vila Belo Horizonte – Divinópolis/MG. CEP 35.500-036 – Tel.: (37) 3229-2800	DATA: 12/06/2012
--------------	---	------------------



Matéria-prima, insumos utilizados e formas de armazenamento:

ITEM	DESCRIÇÃO	ARMAZENAMENTO
01	Argila	A céu aberto no pátio da empresa.
02	Madeira em lenha	Empilhada no pátio interno
03	Pó de balão	Baia coberta e com piso impermeabilizado

Deve ser ressaltado que o empreendimento encontra-se regularizado junto ao IEF como consumidor de produtos e subprodutos da flora, lenhas, cavacos e resíduos e como consumidor de produtos e subprodutos da flora, carvão vegetal, moinha, briquetes, peletes de carvão. Esta regularização foi comprovada com a apresentação dos certificados de registro do IEF nº 07715/2010, com validade até 31/01/2012, para consumo de produtos e subprodutos da flora: lenhas, cavacos e resíduos. Estes certificados encontram-se renovados no Órgão Ambiental pela Empresa.

2.1.1.2 Equipamentos, Máquinas e Utensílios

O quadro a seguir mostra a relação dos equipamentos e máquinas utilizados no empreendimento.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco

Item	Descrição dos Equipamentos
01	Caixão alimentador de argila
01	Misturador de fuso helicoidal
02	Laminadores de rolos cilíndricos
01	Máquina extrusora
01	Bomba a vácuo
01	Cortador Automático de tijolos
03	Fornos de queima
01	Pá carregadeira

Observação: Deve ser ressaltado que o empreendedor somente poderá realizar a manutenção e abastecimento dos veículos em local específico, conforme determinado pela Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007.

2.1.1.3 Processo Produtivo

O pó de balão é depositado em baia de contenção própria. A argila é estocada em área próxima ao chute a céu aberto. O transporte é feito por caminhão basculante de terceiros. A lenha é armazenada próxima aos fornos, para facilitar o processo produtivo.

Os materiais são encaminhados ao chute através da correia transportadora que abastece o distorridor e, em seguida, vai ao misturador. No misturador, a umidade é controlada, efetuando-se a homogeneidade da argila e do insumo. Do misturador, a massa desce por gravidade ao laminador, que tem por objetivo reduzir a argila pastosa em lâminas finas, fazendo-a passar por dois cilindros de ferro fundido que trituram partículas provenientes da matéria-prima.

O material laminado é transportado por uma correia automática até a maromba (máquina extrusora) a vácuo, onde calçadores/alimentadores forçam o material a passar através de grelhas, fragmentando-o em pequenas porções nas quais se processa a desaeração.

Caindo na rosca sem fim, a argila é impelida para frente para que o tijolo seja moldado e posteriormente cortado na máquina cortadora em tamanhos pré-fixados. Os tijolos cortados



são classificados fazendo-se retornar a maromba as peças refugadas. Os demais são secos naturalmente por um período médio de 04 dias. Em seguida, são queimados e dispostos no pátio de armazenagem para expedição.

2.2. RESERVA LEGAL

O empreendimento encontra-se instalado em área urbana, sendo dispensado, desta forma, da averbação de reserva legal.

2.3. AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Não haverá supressão de vegetação decorrente da continuidade da operação do empreendimento, de forma que a referida autorização também não será necessária.

2.4. INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Conforme informado no FCE e, ainda, constatado em vistorias, também não há intervenção em área de preservação permanente. Ressaltamos que o empreendimento encontra-se instalado fora de APP's.

2.5 UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A água utilizada no empreendimento é oriunda de concessionária local.

Conforme nota fiscal apresentada, são consumidos em média 30,0 m³/mês de água fornecida pela COPASA.

2.6. ASPECTOS AMBIENTAIS

Os principais impactos provenientes da operação são: geração de efluentes líquidos sanitários, carreamento de sólidos pelas águas pluviais, geração de resíduos sólidos, geração de efluentes atmosféricos e ruídos.

2.6.1. Efluentes Líquidos

Segundo informado e constatado em vistoria, não há geração de efluentes líquidos industriais no empreendimento. No processo de fabricação de tijolos, a água utilizada no processo de mistura da argila é totalmente incorporada ao produto.

Os efluentes líquidos sanitários são gerados nos banheiros, refeitório e lavabos e são destinados a um sistema de tratamento constituído de fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro.

A empresa possui sistema de tratamento de efluentes pluviais incompleto, conforme relatado no relatório de vistoria ASF 225/2011 de 12/08/2011.

2.6.2. Emissões Atmosféricas

Provenientes da movimentação nas vias internas e dos efluentes gerados pelos fornos.



2.6.3. Resíduos sólidos

Estes resíduos são basicamente os resíduos de argila gerados ao longo do processo produtivo, o lixo misto oriundo de varrições, escritório e banheiros, os tijolos quebrados e aqueles recusados.

O quadro abaixo especifica estes resíduos:

Tipo de Resíduos	Local de Geração	Armazenamento	Destinação Final	Classificação NBR-10.004
Lixo misto	Escritório e outros	Sacos plásticos	Serviço de Coleta Municipal	Classe IIB
Resíduos de argila	Ao longo do processo	A granel	Reutilizado no Processo	Classe IIB
Resíduos de tijolos queimados quebrados e/ou recusados	Fornos, Pátio e durante carregamento	Em leira no pátio	Prefeitura Municipal p/ executar aterramentos	Classe IIB

2.6.4. Ruídos

Os ruídos são gerados na operação de equipamentos do empreendimento. Os laudos de automonitoramento de ruídos estão em conformidade quanto aos limites estipulados pela Lei Estadual 10.100/90.

2.6.5. Monitoramentos Realizados Durante a Vigência da Licença

Os automonitoramentos atmosféricos das chaminés dos fornos foram apresentados fora dos prazos, porém os laudos estão em conformidade com a DN COPAM 011/86.

Os automonitoramentos dos efluentes líquidos sanitários foram realizados fora dos prazos. Isto aconteceu porque a Empresa executou a implantação do sistema de mitigação de efluente sanitário 29 meses após a concessão de Licença Ambiental.

O automonitoramento da destinação adequada dos resíduos foi condicionado na Licença de Operação Corretiva. Esse automonitoramento foi realizado e apresentado em forma de planilhas.

Os automonitoramentos de ruídos foram protocolados fora dos prazos e os resultados apresentados estão em conformidade com os limites estipulados pela Lei Estadual 10.100/90.



2.6.6. Estruturas de Controle Ambiental

Quanto às águas pluviais incidentes sobre o empreendimento, são carreadas sem nenhum sistema de mitigação para as partes mais baixas do empreendimento e, logo em seguida, para as vias públicas do Município.

O empreendimento possui sistema de tratamento de efluente sanitário, sistema de tratamento constituído de fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro.

O empreendimento possui galpão para armazenamento do pó de balão. Conforme Relatório de Vistoria ASF Nº. 225/2011, esse galpão necessitava de adequações que foram solicitadas através do ofício de informações complementares SUPRAM ASF 626/2011, as quais foram respondidas e protocoladas na SUPRAM ASF.

Quanto à aspersão das vias internas do empreendimento, esta é realizada por caminhão pipa. Porém, foi verificado que o sistema de aspersão é insuficiente porque é realizado uma vez ao dia.

2.7 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL DA EMPRESA

Há algumas formas de se verificar o desempenho ambiental de um empreendimento, como por exemplo, através da avaliação da qualidade dos recursos naturais (solo, água, ar) na Área Diretamente Impactada - ADI e na Área de Influência Direta - AID do empreendimento. Outros pontos, não menos importantes, também deverão ser analisados como ferramentas para se medir o desempenho ambiental do empreendimento, tais como, cumprimento de condicionantes, relacionamento com a comunidade, investimentos na área ambiental, dentre outros abordados nos itens subsequentes.

2.7.1. Infrações

Com base nos dados do Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM, a empresa não possui autuações, considerando o período da Licença de Operação – LOC que ora se analisa.

2.7.2. Passivo Ambiental

Não há históricos de passivos ambientais na área do empreendimento ou passivos ambientais declarados no RADA.

2.7.3. Relacionamento Empresa/Comunidade no contexto ambiental

A empresa não executa projetos de cunho ambiental com a população da área diretamente afetada e do entorno.

2.7.4. Investimentos na Área Ambiental

De acordo com o informado no RADA a empresa não realizou investimentos na área ambiental.

2.7.5. Avaliação do cumprimento de condicionantes

A empresa obteve Licença de Operação Corretiva nº 704/2005, em 20/10/2005, através do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco

processo administrativo 02193/2004/001/2005, com as seguintes condicionantes a serem cumpridas:

Tabela : Condicionantes do PA01301/2003/005/2011 .

Nº.	Condicionantes	Situação
1	Executar a construção do depósito para os resíduos siderúrgicos, conforme projeto apresentado.	Cumprida com atraso
2	Apresentar a Licença Ambiental de Transporte dos resíduos siderúrgicos provenientes das duas unidades industriais da Cisam Siderurgia Ltda: Matriz Pará de Minas e Filial Divinópolis.	Cumprida com atraso
3	Construir depósito coberto e fechado para armazenagem da serragem utilizada como combustível nos fornos de queima dos tijolos.	Não Cumprida
4	Implantar o sistema de aspersão d'água para controle das emissões de poeiras nas vias e pátios internos da empresa, conforme projeto apresentado.	Não Cumprida
5	Implantar sistema de tratamento de esgoto sanitário, conforme projeto apresentado.	Cumprida com atraso de quase 3 anos após a concessão da LOC
6	Implantar o sistema de drenagem das águas pluviais, conforme projeto apresentado	Cumprida com atraso
7	Implantar a cortina arbórea na área do empreendimento, conforme projeto apresentado.	Cumprida com atraso
8	Cercar a área de entorno do empreendimento	Não Cumprida
9	Efetuar o monitoramento dos efluentes líquidos, emissões atmosféricas, ruídos e resíduos sólidos conforme programa definido no Anexo II.	Cumprida com atraso
10	Apresentar a Licença Ambiental dos empreendimentos fornecedores das argilas utilizadas na produção dos tijolos . Caso não sejam licenciados pelo órgão ambiental, deverá o empreendedor adequar seu quadro de fornecedores, visando obter matéria prima de origem legalmente licenciada.	Cumprida com atraso
11	Apresentar Averbação da Reserva Legal à margem da matrícula do imóvel.	Cumprida com atraso

Quanto às condicionantes 1,2,5,7e 10, foi apresentado seu cumprimento em 15/05/2008, conforme protocolo R055364/2008, sendo que a licença foi concedida em 20/10/2005 e o prazo estabelecido para o cumprimento destas condicionantes foi de 3 meses após a concessão da licença. Vale ressaltar que o cumprimento destas condicionantes ocorreu 29 meses após a concessão da Licença Ambiental, ou melhor, quase metade de vigência da sua

SUPRAM - ASF	Rua Bananal, 549 – Vila Belo Horizonte – Divinópolis/MG. CEP 35.500-036 – Tel.: (37) 3229-2800	DATA: 12/06/2012
---------------------	---	------------------



LOC, o que prejudicou também o automonitoramento dos efluentes líquidos sanitários.

Ressalta-se que o principal impacto gerado pela atividade é a disposição inadequada do pó de balão, que pode acarretar em danos ambientais como contaminação do solo e águas subterrâneas. A atividade de cerâmica só é regularizada através de licenciamento ambiental por realizar a incorporação deste insumo no processo produtivo. Por isso, a construção de baia devidamente adequada para armazenamento deste insumo deve ser a primeira medida mitigadora a ser cumprida.

Quanto às condicionantes 3 e 8, não foi apresentado o seu cumprimento.

Foi verificado em vistoria, conforme Relatório de Vistoria SUPRAM ASF Nº 225/2011, que foi implantada a cortina arbórea e sistema de drenagem, porém estes necessitavam de adequações. Foi solicitado o adensamento da cortina arbórea e um projeto de drenagem pluvial, através do ofício de informações complementares SUPRAM ASF Nº 625/2011.

O referido adensamento da cortina arbórea e o projeto de drenagem pluvial foram apresentados através de arquivo fotográfico e planta topográfica. A não realização destas condicionantes no prazo previsto prejudica a análise do desenvolvimento do projeto, que é solicitado não só com finalidade paisagística, mas, também, para conter emissões atmosféricas e ruídos.

Quanto à condicionante 9 (automonitoramento) só ocorreu com a frequência solicitada a partir de 2009. Diante disto, fica difícil avaliar o desempenho ambiental deste empreendimento durante o período de vigência de sua condicionante.

O cumprimento da condicionante nº 11 foi apresentado no dia 03/05/2012, sob protocolo R235269/2012. Para tanto, foi juntado aos autos documento emitido pela Prefeitura de Igaratinga contendo mapa informando que a área onde se encontra a Cerâmica Flor de Minas está em zona urbana.

Ressaltamos que o empreendimento sofrerá uma autuação pelo órgão ambiental, nos termos do Decreto 44.844/08, por descumprimento dos prazos de condicionantes determinadas na LOC a ser renovada.

Assim, verifica-se que durante metade do período da licença de operação corretiva a empresa deixou de cumprir as condicionantes estipuladas, o que prejudicou consideravelmente a avaliação do desempenho ambiental. Algumas medidas, inclusive, só foram adequadas definitivamente após a vistoria da equipe da SUPRAM ASF. Adiciona-se, o fato da empresa não ter investido na melhoria ambiental e no relacionamento com a comunidade.

8. AVALIAÇÃO FINAL E PROPOSTAS

Pôde-se observar pelo exposto neste parecer, que a empresa obteve um desempenho não satisfatório, uma vez que as condicionantes mais impactantes desta atividade foram



cumpridas fora dos prazos determinados na concessão da LOC, contrariando ao que foi estipulado quando da aprovação da licença de operação, o que prejudicou sobremaneira o desempenho ambiental do empreendimento.

Sendo assim, a equipe interdisciplinar da SUPRAM ASF sugere o INDEFERIMENTO da Revalidação da Licença de Operação Corretiva (LOC).

2.9. CONTROLE PROCESSUAL

O processo encontra-se devidamente formalizado, inclusive dentro do prazo legal, ou seja, antes do vencimento da licença, tendo sido juntada aos autos toda a documentação exigida no FOB, apesar disso, foi necessária a solicitação de informações complementares.

Ocorreram as publicações de praxe, sendo em jornal de grande circulação local e no Diário Oficial de Minas Gerais.

O empreendimento ficou isento do pagamento dos custos de análise, por se tratar de microempresa. Conforme artigo 6.º da DN 74/2004. No entanto, em cumprimento à Resolução SEMAD nº 870/08, foi elaborada planilha de custos.

O recurso hídrico do empreendimento é proveniente, exclusivamente, da concessionária local.

O empreendimento está localizado na zona urbana do município de Igaratinga e, portanto, não há qualquer exigência em relação à Reserva Legal da propriedade, conforme comprovação juntada aos autos.

Conforme informado no FCE, não será necessária supressão de vegetação, bem como não haverá intervenção em Área de Preservação Permanente, dispensando, desta forma, a Autorização para Exploração Florestal. Cumpre ressaltar que o empreendimento está totalmente instalado e fora da Área de Preservação Permanente, como constatado em vistoria.

Diz o § 2º do art. 9º da DN 74/04, alterada pela DN 137/2009:

Quando da revalidação da licença de operação, o procedimento englobará todas as modificações e ampliações ocorridas no período, podendo inclusive indicar novo enquadramento numa classe superior.

Assim sendo, foi observado pela equipe da SUPRAM ASF a inexistência de outros processos administrativos para serem trazidos para o bojo do presente processo.

Foi observado, também, o Certificado de consumidor de lenha, cuja validade é até



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco

31/01/2012, portanto, ao requerer a revalidação o certificado estava em validade.

Assim vale ressaltar que, ante a expiração do prazo de validade do referido certificado, fica o empreendedor cientificado que, a qualquer tempo em que o empreendimento queira continuar a operar suas atividades, deverá regularizar a situação de consumidor de lenha, junto ao IEF.

Cumpramos observar que o fornecedor de matéria-prima relatado nos autos encontra-se regularizado ambientalmente.

Trata-se de uma revalidação (Processo nº 2193/2004/002/2011) cujo rito está resguardado pela Resolução CONAMA nº 237/97 e Deliberação Normativa COPAM nº 17/96. O prazo da licença originária foi de 6 (seis) anos, compreendidos entre 20/10/2005 a 20/10/2011.

Durante a vigência da licença originária, o empreendedor não obteve qualquer autuação, que conste no Sistema de Informação Ambiental – SIAM,

Neste sentido, vale dizer que a consideração de auto de infração refere-se ao cômputo do prazo da revalidação, objetivando o acréscimo ou diminuição do prazo dado na licença a ser revalidada, sempre dentro dos limites legais. Neste caso, não será aplicado o artigo 1º da DN nº 17/96, citado abaixo, tendo em vista a sugestão de indeferimento.

Para ilustrar, destaca-se o que foi estabelecido pela DN COPAM 17/2006:

§ 1º - Caso o empreendimento ou atividade tenha incorrido em penalidade prevista na legislação ambiental, transitada em julgado até a data do requerimento de revalidação da Licença de Operação, o prazo de validade subsequente será reduzido de 2 (dois) anos, até o limite mínimo de 4 (quatro) anos, assegurado àquele que não sofrer penalidade o acréscimo de 2 (dois) anos ao respectivo prazo, até o limite máximo de 8 (oito) anos.

§ 2º - A redução do prazo de validade ocorrerá caso o empreendimento ou atividade tenha atingido 6 (seis) ou mais pontos, de acordo com a seguinte escala:

- 1 - infração leve: 2 (dois) pontos;*
- 2 - infração grave: 3 (três) pontos;*
- 3 - infração gravíssima: 6 (seis) pontos.*

Outra questão importante é que nas revalidações de licença de operação, o objeto de avaliação consiste no desempenho ambiental do empreendimento durante o período de validade das licenças de operação.

Vale, ainda, transcrever o disposto no art. 3º da DN 17/96, in verbis:

A Licença de Operação será revalidada por período fixado nos termos do art. 1º, III e parágrafo único, mediante análise de requerimento do interessado acompanhado dos seguintes



documentos:

I - relatório de avaliação de desempenho ambiental do sistema de controle e demais medidas mitigadoras, elaborado pelo requerente, conforme roteiro por tipo de atividade aprovado pela respectiva Câmara Especializada. (destaque nosso)

Neste sentido, o empreendimento em pauta, quando obteve a Licença de Operação Corretiva, foi cientificado de várias condicionantes a serem cumpridas nos prazos determinados.

Ao analisar o processo, percebe-se que o desempenho ambiental do empreendimento está comprometido, pois sequer ocorreu o cumprimento das condicionantes no prazo determinado pelo COPAM, ferindo, assim, a legislação vigente, o que impede a sugestão de deferimento do pedido para revalidar a licença de operação.

Além do mais, o desempenho ambiental apreciado pela equipe interdisciplinar do Órgão Ambiental, foi tido como insuficiente para a sugestão de aprovação do requerimento de revalidação, por não ter havido, também, investimentos em medidas de controle ambiental que contribuíssem para uma aprovação da revalidação.

Assim, mesmo que o empreendimento não tenha sofrido autuações por cometimento de infrações ambientais, o seu desempenho ambiental é insatisfatório, o que nos leva a sermos desfavoráveis à revalidação. Pois uma forma de avaliar o desempenho é pelo cumprimento de condicionantes, inclusive dentro do prazo, o que de fato não ocorreu.

Vale ressaltar que a validade da licença de operação estava condicionada ao cumprimento de determinações do órgão ambiental. Não tendo sido cumpridas, podemos entender que sua validade estava comprometida, portanto, sequer poderíamos falar em revalidação de um ato administrativo inválido. Daí a pergunta: revalidar uma licença que de fato havia perdido a sua validade, restando apenas a declaração formal de inválida?

Veja que não é difícil entender que a Resolução CONAMA 237 permite ao órgão ambiental punir aquele que não agir de modo a cumprir o determinado na licença, senão vejamos:

*Art. 19 - O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou **cancelar** uma licença expedida, quando ocorrer: (grifo nosso)*

I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença.

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Observa-se que o empreendimento deu motivo para uma possível suspensão da licença de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco

operação, ou até mesmo o seu cancelamento, tendo em vista o não cumprimento das condicionantes, no prazo determinado. Porém, somente na revalidação foi possível a certificação da desobediência ocorrida.

Assim sendo, reafirmo que o empreendimento deverá ser autuado, por descumprimento de condicionante no prazo determinado na licença.

Ante todo o exposto, do ponto de vista jurídico, não há como conceder a revalidação da licença, pelo que pugna pelo indeferimento do pedido, devendo o empreendedor buscar a regularização através do protocolo do FCE e posterior formalização do processo para obtenção de LOC, sob pena de suspensão de suas atividades e demais penalidades legais.

CONCLUSÃO

Desta forma, subsidiados pela avaliação das informações e documentos que compõem o processo COPAM Nº 02193/2004/002/2011, a SUPRAM ASF sugere o INDEFERIMENTO a da Revalidação da Licença de Operação do empreendimento Cerâmica Flor de Minas Ltda.

Nesse sentido o empreendimento deverá em 10 (dez) dias após o julgamento, apresentar novo Formulário de Caracterização do Empreendedor (FCE) para regularização da empresa através de nova LOC. Importante ressaltar que o empreendimento não está autorizado a operar neste período.

Intervenções autorizadas		
Especificação	Autorizado	Área (ha)
Intervenção em APP	() sim (x) não	
Averbação de Reserva Legal	() sim (x) não	
Supressão de vegetal	() sim (x) não	

4. PARECER CONCLUSIVO

Favorável: () SIM (X) NÃO

Data:

Equipe Interdisciplinar:	Registro de classe	Assinatura
Jorge Luiz de Oliveira	CREA/MG: 86.371/D	
Diogo da Silva Magalhães	CREA/MG: 105.588/Lp	
Sônia Maria Tavares Melo	MASP: 486.607-5 OAB/MG: 82.047	

SUPRAM - ASF	Rua Bananal, 549 – Vila Belo Horizonte – Divinópolis/MG. CEP 35.500-036 – Tel.: (37) 3229-2800	DATA: 12/06/2012
---------------------	---	------------------